

1 ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS  
2 ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP) COM A DIRETORIA DO  
3 COMITÊ DA BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL (CBH-MÉDIO  
4 PARAÍBA DO SUL), REALIZADA NO DIA QUINZE DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE,  
5 NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE - RJ. Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, na sede  
6 da AGEVAP, em Resende (RJ), foi realizada a Reunião do Conselho de Administração (CA) da AGEVAP com a  
7 Diretoria do Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (CBH-Médio Paraíba do Sul), com a  
8 **presença dos conselheiros** Friedrich Wilhelm Herms, Dirceu Miguel Brandão Falce, Sueleide Prado, Paulo  
9 Teodoro de Carvalho e Juarez de Magalhães e dos **seguintes convidados:** Waldemiro Barbosa de Andrade  
10 (Membro da Câmara Técnica – CBH-Médio Paraíba do Sul), Márcia Cinira Neves (Diretora – CBH-Médio Paraíba  
11 do Sul), Sérgio Alves (Diretor – CBH-Médio Paraíba do Sul), Vera Lúcia Teixeira (Secretária – CBH-Médio  
12 Paraíba do Sul), Hendrik Mansur (Coordenador de Gestão – Diretoria-Executiva da AGEVAP), Roberta Machado  
13 (Analista – AGEVAP), Teresa Barbosa (TextoArte Comunicação) e Mônica da Costa (TextoArte Comunicação). 1)  
14 **APRESENTAÇÃO** – A reunião foi presidida pelo Sr. Friedrich Wilhelm Herms, Presidente do Conselho de  
15 Administração da AGEVAP, que iniciou sua fala esclarecendo o motivo dos encontros que o Conselho de  
16 Administração vem realizando com todas as diretorias dos Comitês de Bacias, iniciativa que teria como objetivo  
17 aproximar o Conselho do dia a dia dos Comitês para conhecer melhor sua realidade, pois o CA pode trabalhar junto  
18 com a Diretoria-Executiva da AGEVAP no acerto e padronizações para cada Comitê. Ressaltou também a visão  
19 que o Conselho de Administração tem sobre o papel da AGEVAP, que é um papel de executora. Já a parte  
20 deliberativa cabe ao Comitê que delibera, aprova, coloca as normas no papel e as repassa para a AGEVAP, que  
21 torna-se então responsável pela execução do que foi proposto. O Presidente explicou que existem regras específicas  
22 no caso do contrato com a Agência Nacional de Águas (ANA) e regras específicas no caso dos contratos com o  
23 Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ). Por isso, muitas vezes pode parecer que a AGEVAP não quer atender  
24 algum pedido dos Comitês, mas, na realidade, ela não pode porque é obrigada a seguir uma série de regras, como  
25 normas internas, leis, resoluções, etc. O Presidente disse que isso é bastante complicado, pois existem muitos  
26 detalhes que acabam fugindo do dia a dia do Comitê, fato que gera desentendimentos e atritos. Após esta  
27 introdução, o Sr. Friedrich Wilhelm Herms iniciou as apresentações dos participantes. Em seguida, o Presidente do  
28 CA disse que gostaria de ouvir dos representantes do Comitê Médio Paraíba do Sul qual a visão que eles têm da  
29 participação da AGEVAP no Comitê, como é a sua estrutura, os procedimentos e atendimentos, lembrando que o  
30 contrato entre a AGEVAP/INEA/CBH-Médio Paraíba do Sul é um contrato para atendimento de Secretaria-  
31 Executiva. 2) **CONTRATO DE GESTÃO** – O Sr. Sérgio Alves, Diretor do Comitê Médio Paraíba do Sul,  
32 questionou o CA sobre como é o dia a dia da AGEVAP e, enquanto Secretaria-Executiva, qual é seu  
33 relacionamento com a Secretaria do Comitê, o que a AGEVAP faz e como é o estabelecimento desse procedimento.  
34 O Sr. Friedrich Herms respondeu que existem basicamente dois aspectos: o primeiro é o Contrato de Gestão e as  
35 normas do INEA, ressaltando que as mesmas são recentes, têm muitas falhas, não estão claras, geram dificuldades e  
36 várias interpretações. O segundo é o próprio Comitê com o seu Regimento Interno, salientando que cada Comitê  
37 tem seu Regimento Interno e que os mesmos são diferentes – uns mais flexíveis, outros menos – e isso acaba  
38 gerando problemas. Por isso, o papel da AGEVAP nos Comitês é bastante limitado e a Agência vem conversando  
39 com o INEA justamente sobre a ampliação desse papel. O Presidente do CA disse que uma vez que AGEVAP está  
40 prestando serviço como Secretaria-Executiva, ela consulta o contrato para ver o que pode ser feito e como deve ser  
41 feito legalmente e, às vezes, isso provoca discordância entre o que é operacional e a necessidade do Comitê. A  
42 Secretária do CBH-Médio Paraíba do Sul, Sra. Vera Lúcia Teixeira, propôs discutir item a item do contrato para  
43 identificar o que vem gerando problema administrativo e operacional. Ela citou a Cláusula Terceira do Contrato de  
44 Gestão, Inciso 1º, Alínea A, que refere-se às obrigações e competências da AGEVAP, dizendo que a redação  
45 deveria ser revista e que onde está escrito “*atuar como Secretaria-Executiva do Comitê*” deveria estar escrito  
46 “*atuar como Secretaria-Executiva dos Comitês na operacionalização das ações do Comitê*”. Segundo a Secretária,  
47 o contrato foi feito entre duas partes, mas o Comitê quase não é citado, sendo sempre INEA e AGEVAP, e isso gera  
48 uma ingerência. A Secretária elogiou o trabalho executado pelos funcionários da AGEVAP que prestam  
49 atendimento na Unidade Descentralizada (UD), mas disse que os processos ficam emperrados, que há morosidade,  
50 que os funcionários não têm autonomia de decisão. Ela exemplificou um tipo de ingerência que acontece no Comitê  
51 com um fato em que foi solicitada a elaboração do Termo de Referência para a contratação do Planejamento  
52 Participativo e Estratégico para o Comitê Médio Paraíba do Sul. Ela contou que a Câmara Técnica do Comitê  
53 trabalhou e elaborou o Termo de Referência – embora a AGEVAP tenha dito que não havia necessidade de o  
54 Comitê fazer esse trabalho e que os Termos de Referências são elaborados na Agência. A Secretária disse que  
55 enviou o Termo de Referência para a AGEVAP no dia vinte de dezembro de dois mil e onze e que o mesmo

56 demorou cinco meses para ser licitado, o que ela julgou ser um processo muito demorado. A Sra. Vera Lúcia  
57 sugeriu então que a AGEVAP crie um fluxograma de processo, com o passo a passo, para que o Comitê tenha  
58 noção do tempo que vai demorar para cada solicitação ser atendida. O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr.  
59 Hendrik Mansur, disse que, a respeito do fato citado, em dezembro de dois mil e onze, quando receberam o Termo  
60 de Referência, o documento foi homologado e repassado para o Comitê. Que no dia 1º de fevereiro de dois mil e  
61 doze a AGEVAP apresentou o documento para a Diretoria do Comitê. Disse que em oito de fevereiro a Sra. Vera  
62 Lúcia apresentou o documento à Câmara Técnica do Comitê e que na reunião surgiu uma proposta diferente, uma  
63 contribuição para o Termo de Referência. Segundo ele, o fato ficou registrado em ata, informando que o  
64 Coordenador da CT, Sr. José Arimathea Oliveira, iria enviar o documento para a AGEVAP. De acordo com o Sr.  
65 Hendrik Mansur, no dia dezessete de fevereiro foi enviado um e-mail solicitando esse documento e que no dia vinte  
66 e sete de fevereiro do mesmo mês o Sr. José Arimathea mandou o documento para a AGEVAP. Ele explicou que a  
67 AGEVAP teve de compatibilizar o que foi decidido pela Diretoria com o que veio da Câmara Técnica. Ressaltou  
68 ainda que no mês de março aconteceu o Fórum do Rio Preto, época em que toda a equipe do Comitê ficou em  
69 função do evento. O Coordenador de Gestão disse que no dia 14 de maio o ato foi publicado e que a abertura da  
70 proposta seria no dia vinte e cinco de maio, e que então o ocorrido era um pouco diferente do que a Secretária  
71 estava dizendo e que o processo não durou cinco meses, mas foi um período em que o documento foi e voltou  
72 muitas vezes. O Sr. Friedrich Herms falou que o fato exemplificado é uma coisa que ele tem percebido direto em  
73 alguns Comitês, ou seja: a Diretoria define uma coisa e encaminha, a Câmara Técnica alinha por outro caminho,  
74 mas isso não é fechado no Plenário, criando internamente no Comitê uma divisão de forças entre Diretoria e  
75 Câmara Técnica do Comitê. O Presidente do CA ressaltou que a questão de prazos e fluxos de processos pode ser  
76 estabelecida, mas isso deve ficar claro na normatização da AGEVAP, que a Agência não faz nada sem a  
77 deliberação do Comitê, mas deliberação em reunião de Plenária. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro afirmou que o  
78 grande gargalo que existe dentro do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos é o desembolso de recursos. Segundo  
79 ele, a ANA/AGEVAP e o INEA/AGEVAP estão cheios de dinheiro para aplicar e não conseguem gastar, mas as  
80 bacias hidrográficas estão a reclamar recursos e a reclamar ações. O Conselheiro ressaltou que este é o grande  
81 desafio do Sistema Paraíba do Sul e que isso tem de ser resolvido para que a sociedade amanhã não venha a dizer  
82 que o sistema está falido, que é melhor acabar com ele e inventar outro. O Sr. Paulo Teodoro disse que não existe  
83 rotina de procedimento mais eficaz do que a do “*face to face*”, fazer com vários braços e várias cabeças, ou seja,  
84 depois que o Comitê deliberar deve-se trazer a demanda para a AGEVAP para conversar, ou a AGEVAP deve ir ao  
85 Comitê para conversar sobre a proposta. A Sra. Vera Lúcia disse que o sistema pode ser falho, mas seria muito mais  
86 proativo se conseguissem diminuir esse processo. Na sua opinião, o sistema está tão engessado que é mais fácil  
87 pegar dinheiro público do que na AGEVAP. O Presidente do CA disse que isso já foi identificado e que a AGEVAP  
88 está trabalhando nesse assunto e que, no caso específico citado por ela, ele não via que a morosidade tinha sido do  
89 processo. Ainda sobre o exemplo citado, a Sra. Vera Lúcia disse que não concordava que o pedido da  
90 documentação feita diretamente ao Sr. Arimathea tivesse vindo do Gerente de Recursos Hídricos, Vinicius Soares,  
91 e que o procedimento correto seria a AGEVAP pedir para ela, que é a Secretária do Comitê. O Sr. Friedrich  
92 Wilhelm Herms disse que esse procedimento era um caso típico de misturar ações deliberativas com ações  
93 operacionais e que o relacionamento tem de ser de Secretaria-Executiva do Comitê com Secretaria-Executiva da  
94 AGEVAP. A Sra. Vera Lúcia disse que tinha trazido exemplos palpáveis para mudar o contrato e melhorar o  
95 processo. O Presidente do CA sugeriu que passassem para outro item de pauta, porque este assunto já estava  
96 esclarecido, reforçando que a relação entre o Comitê e a AGEVAP tem de ser institucional, de Diretor com Diretor  
97 e que a Secretária do Comitê se relaciona com os funcionários da AGEVAP, que atendem na Secretaria da UD. O  
98 Presidente do CA lembrou que o Coordenador da UD não tem autonomia para resolver tudo e que as UD's foram  
99 criadas para estar mais próximas dos Comitês. Disse ainda que em breve o Conselho de Administração fará uma  
100 reunião para fechar o Organograma, que vai trazer uma cadeia de comando e de hierarquia. O Sr. Sérgio Alves  
101 disse que hoje há um consenso de que o Contrato de Gestão foi limitado do ponto de vista da atuação da Agência no  
102 suporte aos Comitês e que o próprio Estado admite que a opção foi por um contrato conservador, parcial, para ver  
103 como é que a situação iria se desenvolver. Ele lembrou que no dia 23 de maio vai acontecer uma reunião do INEA  
104 com os Comitês para tratar dessas questões. O Sr. Sérgio Alves afirmou que vai chegar uma hora em que haverá a  
105 reformulação desse Contrato de Gestão. Ele sugeriu aproveitar essa reunião para avançar mais nessa discussão. O  
106 Sr. Hendrik Mansur voltou ao assunto das competências dizendo que já existe uma hierarquia de atendimento e que  
107 se estava havendo alguma confusão isso era relativo ao Comitê e às suas atribuições. O Presidente do CA voltou a  
108 dizer que os processos têm falhas e deu como exemplo o Regimento Interno que não traz a definição do que é o  
109 papel da Secretaria-Executiva. Para ele, o próprio Comitê não definiu o que é a Secretaria-Executiva. O Presidente  
110 sugeriu aos membros do Comitê trabalhar rapidamente essas questões porque é muito comum, inclusive na

111 AGEVAP, confundir estrutura organizacional com cargos. O Sr. Hendrik Mansur explicou que estava havendo uma  
112 confusão, porque Comitê não tem Secretária-Executiva, tem Secretária e ela acompanha o trabalho que é executado  
113 pela Agência. O Presidente do CA não concordou e disse que nem sempre é assim e citou o caso do Comitê Guandu  
114 que tem Secretaria-Executiva e que essa decisão de ter ou não uma Secretaria-Executiva depende do Comitê. A Sra.  
115 Vera Lúcia solicitou que a AGEVAP ajudasse o Comitê a melhorar naquilo que estiver errado. O Conselheiro Sr.  
116 Paulo Teodoro propôs um encaminhamento: levantar todos os pontos que a Sra. Vera Lúcia apresentou, o que ele  
117 considerou bastante didático, e discutir na reunião o que fosse possível, rapidamente, e elaborar uma proposta e  
118 apresentar para o próprio Comitê. A Sra. Vera Lúcia disse que o Comitê vai levar na reunião do dia 23 uma  
119 proposta para o Estado sobre o Contrato, na Cláusula Terceira, Inciso 1º, Alínea A, pedindo para mudar a redação  
120 para “*atuar como Secretaria-Executiva dos Comitês na operacionalização das ações do Comitê*”, ou seja, pelas  
121 demandas do Comitê, porque fica mais claro que ela é operacional. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro disse que está  
122 mais completo na Lei Federal 9.433 que define o que é Secretaria-Executiva. Ele afirmou ainda que está surgindo  
123 toda essa discussão porque o Contrato de Gestão é parcial, pois o Estado não repassou todas as atividades  
124 executivas para a AGEVAP, contratada como entidade delegatária. O Presidente do CA disse que a AGEVAP teve  
125 esse cuidado e citou que o Contrato, na página 6, Parágrafo 2º, lista as atividades da Secretaria-Executiva. A Sra  
126 Vera Lúcia disse que ia continuar a falar dos itens que listou para a reunião, mas que ia pular a Alínea E e passar  
127 para a J: “*articular-se de forma contínua com os organismos de bacia instituídos no âmbito das Regiões*  
128 *Hidrográficas visando à gestão integrada dos recursos hídricos*”. A Secretária disse que voltava a questão da  
129 complementação da Cláusula Terceira, Inciso 1º, Alínea A, porque não estava claro o que acontece no dia a dia,  
130 sobre a questão da ingerência. Ela citou então um fato ocorrido em que o Comitê deliberou a Carta de Anuência  
131 para o Edital do CEIVAP e informou aos membros do Comitê que eles poderiam retirar a Carta até o dia 9. Que no  
132 dia 9 a sede da AGEVAP marcou uma reunião com os funcionários da UD, das 13 às 17 horas, e que ela teve de  
133 pedir para a estagiária ficar até às 17 horas, já que alguém poderia ir até o local retirar o documento. A Secretária  
134 também disse que depois do episódio o coordenador da UD Flávio Sobreira disse que ela não poderia dar ordens  
135 para os estagiários, ao que ela respondeu que não poderia deixar de entregar a Carta a quem fosse buscar. A Sra.  
136 Vera também contou que o Comitê enviou uma carta para a AGEVAP, no dia 1º de dezembro de 2011, informando  
137 que o Presidente tinha sido convidado para um evento em Visconde de Mauá (RJ), que aconteceu no dia 5 de  
138 dezembro. E que o Comitê solicitou à AGEVAP que os funcionários da UD fossem com eles, mas que receberam  
139 em resposta que o Sr. Flávio Sobreira não poderia ir porque ia participar de uma palestra no INEA, no mesmo dia.  
140 Ela então questionou ao CA até que ponto os funcionários da UD estavam atendendo o Comitê? A Secretária  
141 também informou que os integrantes da Diretoria não têm carro, só o Vice-Presidente, que mora em Saquarema  
142 (RJ), e que no dia a dia eles precisam de carro e que o Comitê acha um absurdo pagar R\$ 1.300,00 (hum mil e  
143 trezentos reais) de aluguel de um carro que não está sendo usado e que estão solicitando ao INEA que se crie um  
144 mecanismo para aluguel de carros e uso de taxi, só por solicitação. Ela explicou ao Conselho que o carro é da  
145 AGEVAP, que no contrato a AGEVAP solicitou um carro que é para deslocamento dos funcionários da UD para a  
146 sede e não para a Diretoria. O Sr. Friedrich Herms disse que o carro faz parte da estrutura negociada para a  
147 AGEVAP e que esse procedimento para saída de taxi e de reembolso é o Comitê que tem de decidir. Ele explicou  
148 ainda que, por uma questão de lei, a AGEVAP não recebe nada para fazer o seu trabalho, ela não vende o seu  
149 serviço, sendo assim a Agência incluiu diversos itens no Contrato para cobrir esses custos. O Presidente do CA  
150 ressaltou que nem tudo que está no Contrato é do Comitê, e que o carro é um exemplo claro do que é da estrutura da  
151 AGEVAP. Ele explicou que o Comitê não tem nada e nem está identificado como ente no Contrato de Gestão, que  
152 o dinheiro gasto no Comitê é do INEA, por isso não tem carro comprado, e sim alugado, porque se a AGEVAP  
153 comprar o carro ele vai ser de propriedade do INEA. O Sr. Hendrik Mansur informou que é por esse motivo que a  
154 Diretoria do Comitê não pode dirigir o carro, pois se ocorrer um acidente cria-se um passivo para a AGEVAP. O  
155 Conselheiro Sr. Paulo Teodoro disse que a lei não institucionalizou o Comitê e é muito clara quando diz que o  
156 Comitê não é personalidade jurídica e, não sendo personalidade jurídica, o Comitê não pode administrar bens,  
157 principalmente, públicos e nem privados, mas que o INEA continua como gestor e vai continuar sempre, porque ele  
158 pode cancelar, a qualquer momento, unilateralmente, o Contrato de Gestão com a Agência de Bacia, ou entidade  
159 delegatária. Ele explicou que o INEA, como órgão gestor, pode disponibilizar bens materiais e pessoal, como está  
160 fazendo; inclusive, o INEA poderia também dizer para a AGEVAP que iria disponibilizar os funcionários. O  
161 Conselheiro disse ainda que o Comitê tem de chegar para a AGEVAP e dizer o que precisa e se for legalmente e  
162 financeiramente possível, então será só uma questão de orçamento. O Sr. Hendrik Mansur voltou ao assunto do  
163 convite que foi feito à Diretoria do Comitê para o evento que aconteceu em Visconde de Mauá. Ele informou que o  
164 evento não era uma realização do Comitê, que a AGEVAP não tinha sido convidada e que a palestra no INEA já  
165 estava marcada, assim o Coordenador Flávio Sobreira só ia ao evento em Visconde de Mauá para dirigir o carro. O

166 Presidente do Conselho disse que tudo era uma falta de comunicação, que se a AGEVAP tivesse informado o  
167 Comitê da palestra o Comitê não ia solicitar a presença do funcionário. A Secretária Vera Lúcia afirmou que a sede  
168 da UD não pode ficar sem ninguém nunca, que não concorda com a convocação de todos os funcionários para dar  
169 coberturas às reuniões e que a estagiária poderia ficar no escritório. A Conselheira Sueleide Prado informou que  
170 estagiários nunca podem ficar sozinhos e que precisam ser acompanhados de um supervisor, senão o contrato pode  
171 ser rescindido. A Sra Vera Lúcia disse que quer trabalhar de forma proativa, mas que percebe que algumas coisas só  
172 acontecem quando a AGEVAP quer e que esse gargalo tinha de ser desfeito, assim era a favor de ter um processo  
173 para igualar todos os Comitês. O Coordenador de Gestão, Sr. Hendrik Mansur, disse que estava satisfeito porque as  
174 colocações da Secretária, Sra. Vera Lúcia, não estavam diretamente relacionadas com as obrigações do Contrato da  
175 AGEVAP com o Comitê e concordou que o número de pessoas para atendimento nas UDs não era suficiente, mas  
176 que o INEA disse que só tinha dinheiro para colocar três pessoas. Ele sugeriu que a insatisfação quanto à falta de  
177 pessoal no Comitê fosse levada para conhecimento do INEA, durante a reunião do dia 23. O Sr. Waldemiro  
178 Barbosa de Andrade, Membro da Câmara Técnica do CBH-Médio Paraíba do Sul, sugeriu que quando tivesse uma  
179 reunião do Comitê um funcionário ficasse na UD, e não o estagiário, para poder fazer funcionar o escritório. O Sr.  
180 Friedrich Herms falou que precisaria de no mínimo quatro pessoas nas Unidades Descentralizadas e que essa  
181 questão foi levantada uma vez e que o INEA disse que não tinha dinheiro para bancar esse custo. O Presidente do  
182 CA informou que disse ao INEA que o órgão tinha dinheiro sim e que estava sobrando para ser aplicado e que não  
183 sabiam onde aplicar. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro falou que o CA está fazendo uma negociação com  
184 representantes do INEA, exatamente para ver o que pode ser mudado no Contrato de Gestão para que a AGEVAP  
185 tenha condição de dar o apoio que cada Comitê realmente necessita. Para ele, o sentido da contratação da AGEVAP  
186 como Agência de todos os Comitês é justamente para racionalizar mão de obra, racionalizar material, sem deixar de  
187 atender o Comitê. O Conselheiro salientou ainda que era importante esses assuntos serem discutidos, porque na  
188 hora de renegociar com o INEA essas coisas têm de ser colocadas na mesa. O Sr. Waldemiro Barbosa de Andrade  
189 disse que achava interessante essa discussão e que isso era uma prova de que o Comitê estava evoluindo e que as  
190 demandas vão naturalmente crescendo. Disse também que o futuro está apontando alguma coisa diferente e que  
191 cada Comitê quer puxar o seu grupo; por isso, tem de se pensar nesse crescimento e nessa evolução do Comitê. Ele  
192 elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Câmara Técnica do CBH-Médio Paraíba do Sul, que está  
193 produzindo muito e levando esse conhecimento também para os outros Comitês. O Sr. Waldemiro ressaltou que a  
194 revisão do contrato tem de levar em conta essa demanda maior e dar atenção a essa estrutura. O Presidente do CA  
195 voltou a dizer que a AGEVAP deve apresentar em breve o seu organograma e que isso vai melhorar o sistema, mas  
196 ressaltou que esse modelo de gestão é diferente porque o Estado não descentralizou o que a lei manda  
197 descentralizar, o Comitê não se apropriou do poder que a lei dá ao Comitê e a Agência ainda não desabrochou. O  
198 Diretor do Comitê, Sr. Sérgio Alves, disse que se deve enxergar que ainda nada deu certo, que o processo está em  
199 evolução, então seria melhor observar nessa reunião para onde as situações estão apontando e que as situações estão  
200 apontando para um caminho. O Presidente do CA informou que o Diretor-Executivo, Edson Fujita, estava  
201 trabalhando para implantar um escritório de projeto da AGEVAP para atender a todos os Comitês e futuramente  
202 também os Comitês PS1 e PS2, de Minas Gerais. Ele explicou que esse escritório vai acompanhar as obras e que  
203 isso vai ser necessário porque já foi constatado que o acompanhamento Caixa não funciona. O Sr. Friedrich Herms  
204 disse que com relação à Caixa tem de ser lembrado que o dinheiro é público, então a AGEVAP vai pedir ao  
205 tomador uma série de documentos e que depois a Caixa também vai pedir mais documentos, porque os dois têm de  
206 seguir suas regras. O Sr. Paulo Teodoro disse que o modelo é bonito e empolga, porque coloca em cheque aquelas  
207 mazelas do Estado que todos vivem questionando. Segundo ele, no entanto, todos estão responsáveis por uma  
208 missão quase impossível diante do modelo atual, porque a lei coloca que tem que substituir o Estado naquilo que o  
209 Estado não deu conta e com muito menos recurso do que o Estado. O Conselheiro questionou porque nunca  
210 ninguém perguntou para o Estado qual a porcentagem em seu orçamento para gastos com pessoal, equipamentos,  
211 móveis, etc., porque se essa pergunta for feita todos terão uma resposta estarrecedora, já que o Estado gasta muito  
212 mais com isso do que com o recurso que sobra para fazer aquilo que é seu papel executar. Disse ainda que a lei diz  
213 que os Comitês podem decidir se vão cobrar ou não, que podem arrecadar, mas que desse total só podem gastar  
214 7,5% e que os 92,5% restantes têm de ser aplicados com atividades finalísticas. Assim, essa é a quase  
215 impossibilidade da missão. O Sr. Sérgio Alves comentou que o Estado, com certeza, gasta mais do que 52%. O Sr.  
216 Paulo Teodoro respondeu que 52% é o índice fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que se os Comitês  
217 conseguirem trabalhar com os 7,5% já estarão folgando a população de um grande percentual que estava sendo mal  
218 gasto, geralmente ligado à má gestão, incompetência, entre outras causas. Para ele, é importante sentar e discutir  
219 esses pontos, tentar obter mais recursos do Estado e revisar a própria Lei 9.433, provando para o Congresso que  
220 7,5% não dão. Que os Comitês não querem os 52% que a Lei de Responsabilidade Fiscal dão de mão beijada para o

221 administrador público, mas que 7,5% realmente não são suficientes. O Conselheiro também chamou a atenção para  
222 o fato de que não se pode, definitivamente, permitir que esse aperto e que esse aprendizado pelo qual os Comitês  
223 estão passando leve a uma briga, porque a partir do momento que houver uma briga o Estado toma tudo de novo. A  
224 Sra. Vera Lúcia pediu para voltar a elencar os itens que havia trazido para discussão na reunião. Ela falou,  
225 novamente, que ia pular a letra E, porque ela estava ligada à letra K, mencionando que a Letra E do Contrato de  
226 Gestão diz: “celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências” e a  
227 Letra K: “promover os estudos, pesquisas, trabalhos e eventos necessários para a gestão de recursos hídricos,  
228 quando solicitados pelos Comitês ou identificados pela AGEVAP, e destinados recursos financeiros para este fim”.  
229 Citou ainda a página 6, Inciso 3º do Contrato de Gestão, que compreende as atividades da Secretaria-Executiva do  
230 Comitê: “apoiar a realização de cursos, seminários e outros eventos, de acordo com o planejamento aprovado  
231 pelos Comitês”. A Secretária afirmou que três itens do Contrato citam o apoio a qualquer evento que o Comitê  
232 determine e isso tem que ficar mais prático em relação aos processos, porque no caso do Fórum do Rio Preto eles  
233 haviam programado o evento para dezembro, mas que o mesmo não aconteceu nessa data por vários problemas,  
234 tendo sido realizado somente em março. Citou ainda um fato que aconteceu durante esse processo que foi a questão  
235 do dinheiro para o evento. Na época, recebeu a informação que os convites e outros procedimentos só podiam ter  
236 continuidade depois que o recurso enviado pelo INEA estivesse disponível na conta da AGEVAP. O Sr. Friedrich  
237 Herms voltou à Letra E do contrato e diz que ali está dizendo como as coisas têm de ser feitas, ou através de  
238 convênio ou contrato de serviços, e que a AGEVAP não pode executar. E que na Letra K está claro que se não tiver  
239 recurso financeiro não se faz nada. E que recurso deliberado não é recurso na conta, que a AGEVAP não tem  
240 dinheiro e não pode legalmente tirar dinheiro de outro lugar para usar e depois devolver o dinheiro novamente para  
241 o lugar de origem. Que a conta do contrato INEA é uma conta específica e tudo que se gasta tem de ser conferido  
242 com o extrato bancário. O Coordenador de Gestão Hendrik Mansur enfatizou que no caso do Fórum a realização do  
243 evento era do Comitê, que a Agência deu o apoio, porque a AGEVAP não tem recurso próprio, e citou até uma  
244 carta que a AGEVAP recebeu do Presidente Josemar da Ressurreição Coimbra, elogiando o trabalho da Agência, e  
245 apresentou ao Presidente do CA uma cópia da carta. O Diretor Sérgio Alves chamou a atenção do Sr. Hendrik  
246 Mansur, criticando a forma agressiva com que o Coordenador de Gestão estava tratando as questões do Comitê do  
247 Médio Paraíba, e disse que só estavam lá para melhorar o processo. Lembrou que a carta foi escrita pelo Comitê e  
248 não só pelo Presidente e que o Sr. Hendrik Mansur falava do Sr. Josemar Coimbra como se fosse uma pessoa  
249 isolada do sistema. O Diretor disse ainda que o evento foi muito importante por tratar da questão de conflitos da  
250 água e da implantação das PCHs, com participação, inclusive, do Ministério Público, e que o Comitê elogiou muito  
251 a atuação da AGEVAP. O Conselheiro Paulo Teodoro questionou se quando o Contrato de Gestão foi assinado,  
252 houve uma reunião com o Comitê para discutir as cláusulas. O Sr. Hendrik Mansur informou que a AGEVAP  
253 apresentou os contratos a todas as diretorias dos Comitês, explicando item a item. O Conselheiro disse que seria  
254 interessante a AGEVAP reunir-se novamente com todos os Comitês para dissecar o Contrato de Gestão, com o  
255 intuito de deixar bem claro o que pode ou o que não pode, porque a interpretação da leitura do mesmo acaba sendo  
256 muito pessoal. O Conselheiro Sr. Juarez de Magalhães lembrou que o Presidente do CBH-Baixo Paraíba do Sul,  
257 Hilário de Magalhães Santos, na reunião com o CA, falou sobre a necessidade de a AGEVAP ter no próximo  
258 Contrato um espaço para capacitação dos membros do Comitê, porque ele percebe que existe um desnível muito  
259 grande entre as pessoas – algumas delas não sabem nem o que estão fazendo ali e se não sabem o que estão fazendo  
260 no Comitê, o trabalho não rende. Sobre o aperfeiçoamento dos processos, o Conselheiro disse que também é uma  
261 questão de se usar o bom-senso; ele lembrou que quando surgiram dúvidas na questão de reembolso de despesas  
262 sugeriu para a AGEVAP que se fizesse um fluxograma do processamento das solicitações. O Conselheiro disse que  
263 falta um pouco de interesse mútuo para aparar as pequenas arestas. O Sr. Friedrich Herms disse que foram  
264 justamente essas necessidades que levaram o CA a fazer essas reuniões para melhorar o sistema. Ele disse que o CA  
265 está trabalhando, no seu campo de ingerência, no fluxograma, no Plano de Cargos e Salários e revendo as normas  
266 do Contrato, embasado nas coisas que já aconteceram e nas que ainda não aconteceram e analisando as experiências  
267 de cada um. O Presidente do CA afirmou que a maioria dos Comitês precisa entender que a AGEVAP é uma  
268 empresa e que os funcionários das UD's não têm plena autonomia, que os funcionários vão ter de consultar a  
269 empresa quando for necessário e que existe uma cadeia de comando e controle na AGEVAP. Falou ainda que uma  
270 ação está sendo programada para intensificar o diálogo entre a AGEVAP e os CBHs: uma reunião com o Plenário  
271 de todos os Comitês para apresentar a Agência e o novo Organograma da Estrutura Organizacional da AGEVAP. O  
272 Sr. Friedrich Herms ressaltou que, embora vários membros do Comitê do Médio Paraíba façam parte da Assembleia  
273 Geral da AGEVAP, a maioria de seus integrantes são ligados ao CEIVAP, e que a AGEVAP é o fórum que vai  
274 discutir os rumos da entidade, de que forma vai fazer isso, e é ela quem aprova o orçamento e quem aprova as  
275 contas, e questionou a participação dos Comitês. Ele afirmou que hoje o Plenário da AGEVAP é muito direcionado

276 aos anseios e aos pleitos do CEIVAP. E nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e  
277 declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Teresa Maria Barbosa Rezende, secretária  
278 *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr.  
279 Friedrich Wilhelm Herms, que a presidiu.

280

**Resende, 15 de maio de 2012.**

281

282

283

284

285

286

287

288

Friedrich Wilhelm Herms  
**Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP**